

COLETÂNEA DE LEGISLAÇÃO RELATIVA À ÁREA DE MEIO AMBIENTE
DIPLOMAS LEGAIS RECENTES
JANEIRO/FEVEREIRO DE 2019
DIPLOMAS LEGAIS VIGENTES

ÁREA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE

Inventário, Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora

Instrução Normativa Nº 09, de 25 de fevereiro de 2019. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estabelecer critérios e procedimentos para anuência prévia à supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração na área de aplicação da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, bem como para o monitoramento e avaliação do cumprimento das condicionantes técnicas expressas na anuência, nos termos da citada Lei e do Decreto Federal nº 6.660, de 21 de novembro de 2008. Fonte: Sinopse D.O.U. Seção 1. CNI. Ano 28, Nº 30 – 27 de fevereiro de 2019.

Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

Decreto nº 9.640, de 27/12/2018. Regulamenta os procedimentos de emissão, registro, transferência, utilização e cancelamento da Cota de Reserva Ambiental–CRA. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

Medida Provisória nº 867, de 26/12/2018. EMENTA: Altera a Lei nº12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

Portaria ICMBio nº 1.046, de 03/12/2018. Aprova o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, localizada nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Inventário, Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora

Inventário, Manejo e Conservação da Fauna

Instrução Normativa ICMBio nº 21, de 18/12/2018. Disciplina os procedimentos para a elaboração, aprovação, publicação, implementação, monitoria, avaliação e revisão de Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

Instrução Normativa IBAMA nº 24, de 29/11/2018. Prorroga o prazo por 180 dias, previsto na Instrução Normativa IBAMA nº 21/2014, para emissão das Autorizações de Corte de Árvores Isoladas-CAI por meio do SINAFLOR. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

Responsabilidade Socioambiental

Instrução Normativa Fundação Cultural Palmares nº 1, de 31/10/2018.

Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental de obras, atividades ou empreendimentos que impactem comunidades quilombolas. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

Medida Provisória nº 868, de 27/12/2018.

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984/2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para editar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768/2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos; a Lei nº 11.445/2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; e a Lei nº 13.529/2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas

Portaria SEINº 819, de 03 de dezembro de 2018. Ministério de Minas e

Energia. Agência Nacional de Mineração. Estabelece instruções sobre análises oficiais de fontes de água mineral, termal, gasosa, potável de mesa ou destinada a fins balneários. Fonte: Sinopse DOU Seção 1 Ano 28 Nº 019 – 01 de fevereiro de 2019.

DIPLOMAS LEGAIS EM TRAMITAÇÃO

ÁREA DE MEIO AMBIENTE E BIODIVERSIDADE

Licenciamento Ambiental

Responsabilidade Socioambiental

PLS nº 312/2018. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para impedir a contratação como Poder Público e a obtenção ou renovação de licença ambiental enquanto não extinta a obrigação de indenizar as vítimas do dano ambiental. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Licenciamento Ambiental

Responsabilidade Socioambiental

PL nº 10.678/2018. Dispõe sobre a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas necessária para emissão de licença ambiental para atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

PLS nº 361/2018. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para disciplinar medidas

administrativas, procedimentos de destinação de bens apreendidos e sanções administrativas. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

Educação Ambiental

PL nº 10.764/2018. Dispõe sobre a utilização de canudos biodegradáveis ou recicláveis, em restaurantes, bares, quiosques, ambulantes, hotéis e similares. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

PL nº 697/2018. Altera a Lei nº 14.626, de 29 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

PL nº 11.187/2018. Acrescenta dispositivo ao art. 32 da Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010, para proibir a comercialização e uso de sacolas, canudos e copos de material plástico em estabelecimentos comerciais. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Inventário, Manejo e Conservação do Patrimônio Fossilífero

Gestão Ambiental

PL nº 10.874/2018. Proíbe a mineração em faixa de dez quilômetros no entorno de unidades de conservação. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas

PLS nº 317/2018. Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas

PL nº 10.996/2018. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas competência para ditar normas de referência nacionais sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, e a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas

PL nº 676/2018. Torna obrigatória a inserção de sistema de captação e armazenamento de água da chuva nos projetos arquitetônicos de novas

unidades escolares estaduais. Fonte: Informe Ambiental FIESP, nº 131, Janeiro de 2019.

Gestão Ambiental

Inventário, Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora

PLS nº 214/2015. Retira a atividade de silvicultura do rol de atividades de médio potencial poluidor para fins de licenciamento ambiental, previsto no Anexo III, Categoria 20, da Lei 6.938 de 1981. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Gestão Ambiental

Gestão de Recursos Hídricos e Bacias Hidrográficas

PLS nº 495/2017. Introduce os mercados da água na Lei como instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Gestão Ambiental

Gestão e Tratamento de Efluentes e Resíduos

Licenciamento Ambiental

PLS nº 92/2018. Obriga a utilização de materiais biodegradáveis na composição de pratos, copos, talheres, canudos, bandejas e demais utensílios descartáveis destinados ao acondicionamento e ao manejo de alimentos prontos para o consumo. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

Gestão Ambiental

PLS nº 93/2018. Obriga os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de produtos industrializados a estabelecer sistema de logística reversa e, quando for o caso, de reciclagem de materiais. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Auditoria Ambiental

Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental

Gestão Ambiental

PLS nº 168/2018. Regulamenta o licenciamento ambiental revisto no inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal e dispõe sobre a avaliação ambiental estratégica. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Inventário, Manejo e Conservação da Vegetação e da Flora

PLS nº 194/2018. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa dos Campos de Altitude associados ou abrangidos pelo bioma Mata Atlântica. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Gestão Ambiental

Responsabilidade Socioambiental

PLS nº 312/2018. Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para impedir a contratação com o Poder Público e a obtenção ou renovação de licença ambiental enquanto não extinta a obrigação de indenizar as vítimas do dano ambiental. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)

PLP nº 559/2018. Propõe uma Reformulação Tributária Ecológica, a fim de regulamentar o artigo 146-A, da Constituição Federal, instituir os princípios da essencialidade e do diferencial tributário pela sustentabilidade ambiental e oneração das emissões de gases de efeito estufa, e criar a taxação sobre o carbono ("carbontax"), na forma de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, para a sustentabilidade ambiental e a mitigação do aquecimento global. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL)

Restauração/Recuperação de Áreas Degradadas e Contaminadas

PL nº 2732/2011. Estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo, cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Substâncias Perigosas e o Fundo Nacional para a Descontaminação de Áreas Órfãs Contaminadas e altera art. 8º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Gestão Ambiental

PL nº 7535/2017. Dispõe sobre incentivos para fomentar a indústria da Reciclagem - cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem - FAVORECICLE e o Fundo de Investimento para projetos de Reciclagem – PRORECICLE. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Gestão Ambiental

PL nº 8831/2017. Modifica a legislação que define as diretrizes básicas para o zoneamento industrial em áreas críticas de poluição. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

Gestão Ambiental

Licenciamento Ambiental

PL nº 10412/2018. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, para prever requisitos para a concessão ou renovação da licença ambiental. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.

ÁREA DE BIOTECNOLOGIA E PRODUÇÃO

Engenharia Genética/Bioengenharia

Melhoramento Genético

MSC nº 245/2012 do Poder Executivo. Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua

Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), concluído durante a 10ª Reunião da Conferência das Partes na Convenção, realizada em outubro de 2010 (COP-10), e assinado pelo Brasil no dia 2 de fevereiro de 2011, em Nova Iorque. Fonte: Agenda Legislativa CNI 2019. Unidade de Assuntos Legislativos – COAL. Fevereiro de 2019.